

---

**Ata n.º 142 / XIII / 4.ª SL**

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2018, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

**Ordem do Dia:**

**1. Informações gerais**

**2. Apreciação e aprovação do Parecer acerca da Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, que cria o Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional - [COM\(2018\) 460](#)**

- Deputada Relatora: Jamila Madeira (PS)

**3. Fixação de redação final dos Projetos de Resolução n.ºs:**

- **1267/XIII/3.ª (PSD)** - Posição geoestratégica da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira;
- **1316/XIII/3.ª (PS)** - Reforço da importância Geoestratégica dos Açores;
- **1390/XIII/3.ª (CDS/PP)** - Recomenda ao Governo que, em conjunto com Governo Regional dos Açores, tome as medidas necessárias a uma articulação política que potencie a importância geoestratégica e geopolítica daquela Região Autónoma;
- **1415/XIII/3.ª (CDS/PP)** - Pela valorização estratégica da Região Autónoma da Madeira;
- **1423/XIII/3.ª (PS)** - Recomenda ao Governo o reforço da valorização da importância Geoestratégica do Arquipélago da Madeira

**4. Discussão e aprovação do Relatório de Atividades da 3.ª Sessão Legislativa.**

**5. Discussão e aprovação do Plano de Atividades da Comissão para a 4.ª Sessão Legislativa.**

**6. Apresentação do Relatório da visita do Presidente da Comissão à República da Eslováquia.**

**7. Aprovação de atas:**

- **Ata n.º 140**, de 11.09.2018

## 8. Outros assuntos

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Foi dado início à sessão, presidida pelo senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS)**, que deu as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes.

No **primeiro ponto** da ordem do dia, o senhor **Presidente** deu nota das seguintes informações gerais:

- A fim de representar a Comissão e integrar a delegação parlamentar que participará na Conferência Interparlamentar da PESC/PCSD (11 a 13 de outubro), em Viena, o PSD indicou o Deputado José Cesário. O PS solicitou indicação posterior.
- Relativamente à nomeação do Relator da Petição n.º 520/XIII/3.<sup>a</sup>, a cargo do PS, foi igualmente solicitada a posterior indicação do mesmo.
- Conforme o previsto no Plano de Atividades da Sessão Legislativa transata, só agora se mostra possível proceder à audição do Professor Félix Ribeiro, sobre “Segurança Energética: a geopolítica do petróleo”. Propôs-se, para tal efeito, a data de 23 de outubro (3.<sup>a</sup> feira), que foi unanimemente aceite por todos os Deputados presentes. Mais foi lembrada, a eventualidade de poderem existir outras Comissões eventualmente interessadas em participar, com consequente aferição da sala mais adequada para a realização do evento.
- Foi lembrada aos Senhores Deputados a necessidade de confirmar participação na deslocação ao Comando Aéreo, no próximo dia 10 de outubro, pela manhã.
- Por iniciativa do GPA Portugal-Reino Unido, vai decorrer no próximo **dia 9 de outubro**, em horário por fixar, uma visita às Linhas de Torres, contando com a presença do senhor Clive Gilbert, Presidente da *British Historical Association* de Portugal. Questionada a Comissão sobre se deveria associar-se a esta iniciativa, a resposta foi positiva.
- Foi igualmente lembrado que na próxima 5.<sup>a</sup> feira, (20.set) pelas 14 horas, decorrerá a audiência com os membros das Comissões temáticas do Conselho das Comunidades Portuguesas. Embora reunindo no formato Mesa e Coordenadores, a presença na sessão é aberta a todos os Senhores Deputados que nela entendam participar.

Passados ao **Ponto 2.**, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para, em nome da autora \_\_\_ impossibilitada de comparecer à reunião \_\_\_, apresentar o Relatório referente à iniciativa em apreço. Começou por aludir ao âmbito material da medida e à sua evolução no tempo, desde logo chamando a atenção para a relevância da matéria no contexto da questão das migrações. Indo ao teor da iniciativa, sublinhou o facto de se proceder à fusão de duas matérias: a cooperação para o desenvolvimento e a política de vizinhança da União. Sinalizou, ainda, o facto de este Instrumento passar a dispor de fundos próprios orçamentados, o que potencia uma maior rapidez e agilidade em face de circunstâncias onde a urgência de intervenção se mostre determinante. Concluiu, reforçando a opinião da Autora quanto a necessidade de o Parlamento acompanhar de perto a aplicação deste Regulamento, mormente no que concerne à sua vertente financeira. Mais referiu que, no seu entendimento, o presente Relatório reúne condições para ser remetido à 4.<sup>a</sup> Comissão, para os fins procedimentais adequados.

No seguimento, intervieram os Senhores **Deputados**:

**Paulo Neves (PSD)**, para felicitar a Autora pelo trabalho desenvolvido em matéria que o PSD tem acompanhado de perto. Realçou a relevância que este Regulamento terá no contexto das relações entre a União e o SAEL. Referiu que a avaliação dos resultados da aplicação de verbas alocadas à cooperação, pelos montantes envolvidos, deve ser cuidadosamente assegurada, também, pelos Parlamentos nacionais, tendo dado o caso particular da China, cujos resultados no âmbito da sua política de cooperação têm sido muito mais proveitosos que no caso da UE, porquanto mais criteriosa.

**João Oliveira (PCP)** que felicitou a Autora pelo trabalho realizado. Informou que o PCP não vai acompanhar o sentido do parecer elaborado, por discordar do enquadramento e avaliação produzidos no Relatório sob análise, tendo vincado o cariz imperialista da atuação da União neste domínio, que tem posto em causa a própria política europeia de vizinhança, por impor um instrumento de raiz neoliberal com o qual o PCP discorda frontalmente, até por frequentemente veicular situações de ingerência nos assuntos de países terceiros em detrimento da soberania dos povos pretensamente auxiliados. Mas sublinhou que a presente solução regulamentar vem na esteira da solução em tempo implementada de financiamento da Turquia enquanto país estanquizador dos movimentos migratórios em direção à Europa.

**Pedro Filipe Soares (BE)** para referir que, embora compreendendo o teor do Relatório, que é crítico de alguns aspetos do financiamento da atual política de cooperação europeia, entende que a atual crise de refugiados não está a ser resolvida nem o presente instrumento se mostra capaz de o poder resolver, facto que ditará o voto desfavorável do BE.

**Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, para referir, a título estritamente pessoal, o entendimento de que o instrumento europeu em apreciação continua a fechar os olhos à realidade imposta pelos fluxos migratórios e os problemas que deles advêm. A elaboração formal do Regulamento, embora se possa considerar boa acaba, na prática, por potenciar o seu próprio incumprimentos, dada a inexistência de um quadro sancionatório aplicável aos Estados-membros que violem normas, designadamente, no âmbito dos direitos, liberdades e garantias, identificativos do projeto político europeu.

**Paulo Pisco (PS)**, para agradecer os comentários produzidos acerca do Relatório, reconhecendo a relevância dos diferentes argumentos apresentados. Realçou, apesar de tudo, que a União tem procurado dar resposta a problemas novos, prementes, mas mal geridos, potenciando o surgimento de populismos, contrários à matriz política fundamental do projeto europeu. Relembrou que a política europeia nesta matéria, onde a obtenção de consensos é particularmente difícil, tem vindo a melhorar e pretende-se que assim continue, designadamente com a potenciação da capacidade de intervenção no terreno, que se deseja mais rápida e eficiente. No mais, defendeu, deve o Parlamento continuar a pugnar pela criação de medidas políticas que melhorem as condições de aplicação desta cooperação.

Submetido a votação, o Relatório foi aprovado por maioria dos votos expressos, com os votos contra do BE e PCP, a abstenção da Deputada Paula Teixeira da Cruz, e os votos favoráveis dos restantes Deputados.

No **Ponto 3.** da OD foi lida e discutida a proposta apresentada pela DAPLEN, em vista da eventual aprovação de um texto único de Projeto de Resolução, referente à matéria ali mencionada.

Submetida a votação, o texto proposto foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 4.** da OD foi apreciado o Relatório de Atividades da Comissão relativo à Sessão transata, o qual havia sido previamente distribuído aos Senhores Deputados. Não se tendo registado quaisquer intervenções, foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Transitados para o **Ponto 5.**, referiu o Senhor Presidente que apenas o PSD apresentou contributos para a elaboração do Plano de Atividades, com base no esboço em tempo difundido pelos Serviços, tendo instado os diferentes Grupos a que, com a melhor celeridade, apresentem os seus contributos.

Nesta matéria, intervieram os Senhores **Deputados**:

**Paulo Pisco (PS)**, para informar que o PS vai entregar os seus contributos por escrito, mesmo sabendo existir sempre nesta matéria alguma margem de maleabilidade na definição em concreto das atividades a prosseguir. Não obstante, sempre mencionou, desde logo, as seguintes matérias: CPLP, impacto e consequências das recentes alterações à Lei Eleitoral, impacto do BREXIT, e a proposta para uma visita à sede da ONU, em Nova Iorque, de uma delegação da Comissão.

**José Cesário (PSD)**, para complementar a proposta do PSD relativa à audição por via eletrónica de personalidades relevantes da comunidade portuguesa residente na Venezuela, tendo aproveitado, ainda, para apoiar a proposta de visita à sede da ONU, formulada pelo PS.

Posto o que antecede, o Senhor Presidente remeteu a discussão final e aprovação do Plano de Atividades da 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa para a próxima reunião da Comissão, no que colheu concordância unânime.

No **Ponto 6.**, o Senhor Presidente procedeu à apresentação do Relatório da visita recentemente realizada à República Eslovaca, previamente remetido pelos Serviços a todos os Deputados. Não se registaram quaisquer comentários.

No **Ponto 7.**, procedeu-se à leitura da Ata n.º: 140, de 11 de setembro, a qual foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Finalmente, no **Ponto 8.** da OD, informou o Senhor Presidente de ter baixado à Comissão a **Proposta de Resolução n.º 74/XIII/3** (*Aprova a Decisão (UE, Euratom) 2018/994 do Conselho de 13 de julho de 2018 que altera o Ato relativo à eleição dos membros do Parlamento Europeu por sufrágio universal direto, anexo à Decisão 76/787/CECA, CEE, Euratom do Conselho de 20 de setembro de 1976*). Cabendo a elaboração do Relatório ao PSD, indicou o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** que a autoria daquele ficaria a cargo do Senhor Deputado Carlos Alberto Gonçalves.

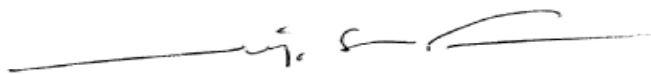
\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

Inexistindo outras questões a abordar pelos Senhores Deputados, a reunião foi encerrada pelas dezassete horas, dela sendo lavrada a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo áudio ser consultado [aqui](#).

Palácio de São Bento, 18 de setembro de 2018,

**O Presidente da Comissão,**



**(Sérgio Sousa Pinto)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
João Gonçalves Pereira  
João Oliveira  
José Cesário  
Lara Martinho  
Nuno Magalhães  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Rui Silva  
Sérgio Sousa Pinto  
António Ventura  
Berta Cabral

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Odete João  
Ricardo Baptista Leite  
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
Ascenso Simões  
Isabel Santos  
Jamila Madeira  
Joana Lima  
Maria Manuel Rola  
Porfírio Silva

**A presente Ata foi aprovada em reunião da comissão ocorrida em 09 de outubro de 2018**